



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682561 - SC (2021/0233716-2)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : THALYTA CAVALHEIRO DAMER DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : HEIRIDAN NOBILE - PR010159
THALYTA CAVALHEIRO DAMER DE OLIVEIRA - PR091454
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : CAMILA DA ROCHA COUTINHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CAMILA DA ROCHA COUTINHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5037462-28.2021.8.24.0000/SC).

A paciente teve a prisão preventiva decretada nos autos de ação penal em que se apura suposta prática dos crimes previstos no art. 33, *caput* e art. 35, *caput*, c/c art. 40, inciso VI, da Lei n. 11.343/06. Apresentado pedido de substituição da prisão preventiva pela domiciliar, pois a paciente é mãe de duas crianças menores de 12 anos, o pleito foi indeferido pelo Juízo processante.

Impetrado prévio *writ* na origem, a liminar foi indeferida.

A impetrante sustenta que a paciente é mãe de duas crianças menores de 12 (doze) anos, que estão sob os cuidados da avó paterna, a qual possui problemas sérios de saúde, inclusive com cirurgia agendada para dia 12 de agosto 2021, o que inviabilizaria a continuidade dos cuidados dos menores.

Alega que a ausência de substituição da prisão preventiva pela domiciliar vai de encontro ao entendimento pacificado na Suprema Corte, afrontando o disposto no art. 318 do Código de Processo Penal.

Aduz que a paciente cumpre os requisitos legais para substituição da custódia, além de ser ré primária, ter ocupação lícita e residência fixa e não haver indício de que praticava os delitos na residência onde convivia com os filhos.

Requer, liminarmente e no mérito, a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, com ou sem aplicação de outras medidas cautelares.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas*

corpus contra indeferimento de pedido liminar em outro writ, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível habeas corpus contra indeferimento de pedido de liminar em outro writ, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância. [...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar.*"

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular, porquanto, a decisão impetrada encontra-se bem fundamentada, tendo a autoridade coatora exposto as razões pelas quais indeferiu o pedido de conversão da prisão preventiva em domiciliar, nos seguintes termos (e-STJ fls. 19/20):

[...] Ao que consta da decisão que converteu a prisão temporária em preventiva, existem provas da materialidade e indícios suficientes da autoria do delito imputado, justificando-se a prisão pela necessidade de garantir a ordem pública, dada a gravidade do crime e risco de reiteração, evidenciados pela função de destaque exercida pela paciente na associação, sendo ela a responsável pelo abastecimento da biqueira mantida pelos dois na cidade de Joinville/SC, bem como pela logística e parte financeira das operações, bem como pela apreensão de quantia significativa de dinheiro, dois aparelhos celulares e balança de precisão, a demonstrar a prática da conduta de maneira habitual. Além disso, o magistrado singular destacou o perigo à instrução criminal, em razão do risco de fuga, identificado em troca de mensagens telefônicas (ev. 1450 dos autosn. 5000641-18.2021.8.24.0067).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210, ambos do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência